

CARTOGRAFIA DAS VISIBILIDADES E (IN)VISIBILIDADES DOS ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL DE 2017 A 2022*CARTOGRAPHY OF VISIBILITIES AND (IN)VISIBILITIES OF THE MURDERS OF TRANS PEOPLE IN BRAZIL FROM 2017 TO 2022* Jorge Rodrigues Ataides Junior ¹ Bruno Zucherato ² Pollyany Pereira Martins ³¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil² Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Barra do Garças, MT, Brasil³ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Nova Xavantina, MT, Brasil**Resumo**

Cientes da dimensão social do espaço geográfico e de sua complexidade na contemporaneidade, nesta pesquisa olhamos para aqueles sujeitos que transgridem as normas sociosexuais que se dão no espaço, como as pessoas trans, população que têm suas experiências corporalizadas potencialmente afetadas pela cisheteronormatividade espacial, a partir de constantes processos de interdição e de violência figuradas pelo ódio, crueldade e abjeção. À luz destas problemáticas, o presente trabalho objetivou analisar a distribuição espacial dos casos de assassinatos de pessoas trans no Brasil, no período de 2017 a 2022, isto é, com elaboração de cartografias das visibilidades e (in)visibilidades dessas violências a partir das técnicas de anamorfose e antianamorfose. Nessa perspectiva, a Cartografia é utilizada neste trabalho como uma linguagem primordial no processo investigativo, a construção teórico-metodológica deste estudo envolveu uma abordagem quali-quantitativa, que incluiu além de uma revisão bibliográfica, a análise de dados da Rede Trans Brasil bem como o método cartográfico proposto por Slocum et al. (2013). Nos resultados obtidos, verificou-se que as representações espaciais elaboradas possuem uma função ativa na investigação geográfica, exercendo um papel de denúncia e contestação às violências praticadas contra a população trans no Brasil, dessa forma mapear é dar existência a um fenômeno. Para a apreciação dos resultados registrou-se as impressões de pessoas trans que fizeram a leitura das representações.

Palavras-chave: Geografia de Gênero e sexualidade; Cartografia; Transfobia; Anamorfose.

Abstract

Aware of the social dimension of geographic space and its complexity in contemporary times, in this research we look at those subjects who transgress the sociosexual norms that take place in the space, such as trans people, a population whose embodied experiences are potentially affected by spatial cisheteronormativity, from constant interdiction and violence processes figured by the hate, cruelty and abjection. Considering these issues, this study aimed to analyze the spatial distribution of murder cases of trans people in Brazil, in the period of 2017 to 2022, that is, with elaboration of cartographies of the visibilities and invisibilities of these forms of violence using the techniques of anamorphosis and antianamorphosis. In this perspective, Cartography is used in this paper as a primordial language in the researching process, the theoretical-methodological in this study involved a qualitative-quantitative approach, in addition to a bibliographic review, the analysis of data of the Rede Trans Brasil as well as the cartographic method proposed by Slocum et al. (2013). In the results obtained, it was verified that the spatial representations produced get an active function in the geographical research, playing a role of reporting and denouncing the violence committed against the trans population in Brazil, so mapping is giving existence to a phenomenon. To evaluate the results, the impressions of trans people who read the cartographic representations were recorded.

Keywords: Geography of Gender and Sexuality. Cartography. Transphobia. Anamorphose.

Recebido em: 07/03/2025 | 11/06/2026

Correspondência para: Jorge Rodrigues Ataides Junior (jorgejjataides@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Fundamentada no pensamento geográfico, a pesquisa discute, ao mesmo tempo, as consequências da exclusão de pessoas trans dos mapeamentos convencionais, e a forma como este grupo vem reagindo e se organizando para construir suas fontes e modos de





representação cartográfica. Valorizando um duplo tensionamento, tanto nos limites do *status quo* da Cartografia cartesiana, ao criar uma nova perspectiva sobre as representações em relação à técnica, quanto ao fenômeno abordado em uma sociedade ainda marcadamente cissexista e transfóbica, como o Brasil.

Ao analisarmos o espaço geográfico enquanto uma dimensão da sociedade onde o padrão hegemônico é a cisheteronormatividade, constata-se que nem todos os indivíduos desenvolvem suas espacialidades de forma plena, especialmente aqueles que transgridem tais normas sociosexuais que se dão no espaço, como as pessoas trans. Decorrente a isso, são estabelecidas a esse grupo social uma diversidade de interdições espaciais, que irão implicar em relações e experiências espaciais diferentes dos sujeitos que seguem a cisheteronormatividade. Tais experiências são, portanto, muitas vezes marcadas por vivências latentes de pobreza, desigualdade social e subalternização.

É sabido que a hedionda realidade do Brasil, enquanto um dos países que mais matam pessoas trans no mundo, é reflexo de uma sociedade patriarcal, misógina, racista, cissexista e transfóbica, fruto na maior parte de nossa política de dominação colonial. Conscientes de que qualquer dissidência sexual seria punida no novo mundo, a organização e a constituição socioespacial das pessoas trans é marcada por um cenário de desumanização. O que nos faz reconhecer que a espacialização política do corpo e a dimensão espacial de suas relações não são totalmente apreensíveis pela Geografia brasileira, uma vez também, que os temas de gênero e sexualidade nos ambientes universitários só começaram a fazer parte da agenda geográfica de forma mais notória na virada dos anos 1990 para os anos 2000 (Faria, 2018).

Desse modo, a preocupação central foi a de analisar a distribuição espacial dos casos de assassinatos de pessoas trans no Brasil, no período de 2017 a 2022, isto é, a elaboração de cartografias das visibilidades e (in)visibilidades dessas violências a partir de anamorfoses e antianamorfoses. Um movimento que, cartograficamente, não deixa de ser ousado por tensionar os limites do que já está posto na Cartografia, mas aqui encarado como não mais suficiente (Girardi, 2014).

O saber cartográfico contemporâneo deve ser dinâmico e plural, de modo que os mapas acompanhem as dinâmicas socioculturais atuais. Tendo por base este parâmetro, os mapas elaborados no contexto da pesquisa possuem características distintas dos mapas tradicionais, ou seja, têm como base uma abordagem não convencional e alternativa com relação a métrica euclidiana. O que possibilitou efetivamente a construção de imagens de denúncia e contestação que chocam nossos olhares adestrados pelo paradigma naturalizado do euclidianismo compulsório que cerceia a Cartografia tradicional e os processos de mapeamento.

Dada a contemporaneidade do tema no contexto do saber geográfico nacional, há de se conceber a necessidade de unirmos esforços para (re)pensarmos as bases teórico-epistemológicas que envolvem a produção do espaço, gênero e sexualidades na Geografia, e nesse processo, contemplar teorias que multipliquem as possibilidades de análise das espacialidades de sujeitos identitários, até então desconsiderados e subestimadas tanto na Geografia como na Cartografia brasileira.

Portanto, tivemos como problemática inicial o seguinte questionamento: Qual seria o lugar que os mapas ocupariam nesse estudo das transexperiências espaciais e, de que modo, eles poderiam de forma eficaz comunicar as dinâmicas de produção de subjetividades trans, nas relações socioespaciais?

Reiteramos que a escrita deste texto foi encorajada por motivações empíricas, e por inquietações pessoais especialmente de um dos pesquisadores, um homem jovem,



pesquisador, cis, gay, recém-licenciado e mestrando em Geografia. Que, além de ser um entusiasta nato das abordagens alternativas na Cartografia, durante o estágio docente na educação básica contou com uma aluna trans, que o fez refletir sobremaneira como a cisheteronormatividade espacial e o androcentrismo afetam as representações na/da Cartografia.

O pressuposto teórico-metodológico sustentou-se pela ideia de que pessoas trans e suas espacialidades ainda são propositalmente invisibilizadas no discurso geográfico hegemônico e nas representações cartográficas euclidianas. E que as técnicas de uma cartografia não convencional, como a anamorfose, podem dar a visibilidade necessária a tal fenômeno. Isto porque, a sua variável visual de intensidade, tamanho e proporção facilita a sua interpretação, resultando numa produção de cartografias que nos ajudem a entender como espaços majoritariamente normatizados podem se tornar espacialidades de opressão, violência e morte para todos os indivíduos que transgridem a cisheteronormatividade do espaço. Nos referimos, sobretudo, a elaborações cartográficas *queer*, de cunho crítico, político e ativista.

Os argumentos apresentados estão organizados em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa com a descrição do caminho para o método. Posteriormente, na segunda seção, é apresentada uma breve abordagem das concepções da teoria *queer* no Brasil, os principais autores e questões decoloniais que seguem em discussão. Na terceira seção mostramos a proposição do uso das técnicas de representação de mapa em anamorfose para estudos de casos referente aos assassinatos de pessoas trans, e como uma alternativa de representação cartográficas para pesquisas que buscam minimizar as invisibilidades e facilitar a leitura e interpretação dos diversos sujeitos. Por fim, na quarta seção, a sistematização dos resultados é discutida a partir de dados secundários e das reflexões obtidas com a participação de quatro sujeitos trans que, em entrevista informal, analisaram os mapas elaborados.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Seguimos uma abordagem quali-quantitativa (Knechtel, 2014), pois combinamos os enfoques qualitativos e quantitativos na contextualização do fenômeno de estudo e na precisão de nossos resultados. O que na concepção de Minayo e Sanches (1993) corresponde a uma complementaridade entre as abordagens procedimentais que não devem se restringir a oposição contraditória, e tão pouco reduzi-los a um *continuum*. Mas compreender tais abordagens enquanto complementares nas análises das relações sociais.

A relação quali-quantitativa pode ser melhor compreendida a partir do processo de elaboração e produção dos produtos cartográficos deste estudo, que utilizou dados quantitativos secundários, obtidos de outras fontes de pesquisa, no entanto, sua análise foi qualitativa, visto que realizamos entrevistas para coleta da percepção dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esse procedimento de elaboração e produção cartográfica pautou-se na metodologia de Slocum *et al.* (2013), observando cinco etapas:

(1) Analisar como a distribuição do fenômeno se comporta no mundo real: As análises das transexperiências espaciais foi feita a partir de pesquisas bibliográficas baseadas em autores que discutem o tema, Joseli Maria da Silva (2008, 2009, 2013), Berenice Bento (2014, 2017), Adelaine dos Santos e Marcio Jose Ornat (2018, 2021), Eurídice Figueiredo



(2018), Vinicius Santos Almeida (2019, 2021), Larissa Pelúcio (2014), Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes e Bruna Benevides (2020), Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2020) Sayonara Nogueira e Tathiane Araújo (2022), Catherine Rea e Izzie Madalena Amancio (2018).

(2) Determinar o objetivo do mapa e seu público-alvo: Elaborar representações em anamorfose do número de assassinatos contra a população trans no Brasil e em anti-anamorfose do número de pessoas para cada assassinato contra a população trans no país, ambos entre os anos 2017 e 2022. O produto cartográfico é destinado a pesquisadores e acadêmicos da Geografia e demais áreas das ciências humanas, bem como instituições e organizações LGBT+.

(3) Coleta de dados apropriados para o propósito do mapa: O estudo cartográfico utiliza dados adquiridos dos cinco dossiês elaborados pela Rede Trans Brasil entre os anos de 2017 e 2022. Outro grupo de dados tabulares foi extraído da Prévia da população do Brasil calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022, elaborado pelo IBGE. A partir da aquisição dos dados foi possível calcular no *software* QGIS 3.28.5 os valores relativos dos casos de assassinatos por população de cada UF, assim como o número de pessoas para cada assassinato de pessoas trans. Para os respectivos cálculos, na anamorfose seguimos a função $X/1$, em que X é o valor numérico do fenômeno (assassinatos) em uma área. Na anti-anamorfose esse dado é expresso na função inversa, $1/X$ (Almeida, 2019; 2021). É importante enfatizar que para fins operacionais, fizemos os cálculos dos assassinatos por 1 milhão de habitantes, assim superestimando a população dos estados de Roraima, Acre e Amapá.

(4) Design e construção do mapa: A edição e cálculo dos dados em formato *shapefile* foram incorporados no *software* de código aberto *ScapeToad* para processamento e geração da anamorfose e anti-anamorfose, a partir da variável de massa. No QGIS, os mapas gerados no *ScapeToad* tiveram a divisão por classes em quebra natural (*Jenks*) devido a diferença entre os valores. O *software Photoshop* e *Inkscape* foram utilizados para o design e finalização dos mapas.

(5) Analisar se os usuários consideram o mapa útil e informativo: Nesta etapa fizemos análises do resultado final das representações anamórficas e anti-anamórficas no intuito de constatar possíveis erros ou dificuldades de compreensão. Desse modo, os mapas foram apresentados para quatro pessoas trans, para que elas pudessem analisar e averiguar se os produtos cartográficos faziam sentido, tanto na construção gráfica quanto na mensagem que eles veiculam. Essa análise foi feita através de videochamadas na plataforma *Google Meet* com a gravação de áudio.

Deve-se enfatizar que a pesquisa também foi elaborada por meio de revisões da bibliografia, desenvolvida com base em material já elaborado (Gil, 2002), tendo como suporte livros, publicações em periódicos, teses e dissertações para construção de uma análise mais aprofundada e reflexiva do tema em discussão.



BREVE CONCEPÇÃO DA TEORIA *QUEER* NOS ESTUDOS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Para tentar ampliar a forma como a Geografia vem sendo produzida, é necessário que outros grupos minoritários diversos também se apropriem da produção do conhecimento geográfico. Com relação aos aspectos estruturais da ausência das perspectivas de gênero e sexualidade na Geografia brasileira, Silva (2009) destaca três fatores: (1) a base eurocêntrica de constituição do saber; (2) o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade e (3) a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados com o protagonismo do homem, branco, ocidental, cristão.

Diante dessa conjuntura, pode-se afirmar que esses fatores de forma dialógica contribuem para que as espacialidades de gênero e sexualidade fossem negligenciadas enquanto objetos de estudo ou temas da Geografia. A partir dessa perspectiva, essa ciência adiou a inclusão de tais debates por considerá-los, por muito tempo, periféricos e de baixo prestígio científico (Pequeno; Pereira, 2022).

A realidade de singular produção científica deixa nítido, que em um aspecto geral, “A ciência geográfica pouco se sensibilizou com as questões de gênero e sexualidades” (Escouto, 2019, p. 49). Assim, apesar dos avanços e renovações desencadeados na mobilização de renovação da Geografia brasileira na década de 1970, os temas de gênero e sexualidade ainda não faziam parte da agenda geográfica. E, quando contemplados nos estudos, eram reduzidos a uma perspectiva ligada à divisão de gênero no trabalho, com um viés marxista (Silva, 2008; Borghi, 2015).

A Geografia Feminista surge como um subcampo da Geografia da década de 1980, e a partir das contribuições dos estudos pós-estruturalistas, surge a emergência da Geografia do Gênero que experiencia uma rápida diversificação dos estudos, ao propor, por exemplo, outras categorias e objetos analíticos, como a sexualidade e o corpo (corporalidade). Tendo como consequência, o surgimento da Geografia da Sexualidade graças a afirmação da teoria *queer*, ou *queer studies* (Borghi, 2015).

Para Figueiredo (2018) a epidemia do vírus HIV/aids ao longo dos anos 1983 foi um dos contextos definidores para a teoria *queer*. Constata-se nessa mesma década a ressignificação da palavra pelos grupos LGBT, isto é, a subversão desse termo desqualificador em algo valorativo e potente. O termo teve seu significado ampliado nos anos 1990 e passou a ser utilizado “no âmbito teórico e político para indicar uma posição ou disposição de contestação e de não conformidade em relação às normas, processos de normalização ou cânones de qualquer ordem” (Louro, 2017, p. 37).

É importante ressaltar que a disseminação destes estudos relacionados aos temas de gênero, mulher e sexualidades se deu a partir de teses e dissertações de instituições universitárias de tradição mais recente, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Presidente Prudente (UNESP), e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) onde o poder é mais difuso e os programas de pós-graduação nesta área têm maiores possibilidades de prosperar (SILVA et al., 2013).

Esse momento de expansão marcou para a disciplina geográfica “[...] a diversificação de temas e mudanças de perspectivas, com uma aproximação mais acentuada às teorias feministas e a ampliação dos sujeitos de interesse” (Souza et al., 2020, p.46). Segundo a constatação de Cesar (2015), na segunda década do século XXI, há uma tendência para um relativo aumento de eventos geográficos que abordam as discussões de gênero e sexualidades,



especialmente a partir da criação de periódicos específicos sobre a temática em língua portuguesa, como a “Revista Latino-americana de Geografia e Gênero” (2010), “Terr@ Plural” (2007) e “Pegada” (2014).

Sem ter tido o intuito de fazer uma análise pormenorizada da abordagem de gênero e sexualidade na Geografia, é ainda relevante destacar que dada a relativa novidade do tema no contexto do saber geográfico nacional, diferentes autores vêm sendo colocados em diálogo na tentativa de organizar “[...] um pensamento sobre as relações de gênero e sexualidade a partir do Brasil e para o Brasil, com conexões com outras áreas do conhecimento, outros países e outras perspectivas de mundo” (Souza *et al.*, 2020, p.50).

Desse modo, é perceptível que todos esses esforços servem para se (re)pensar as bases teórico-epistemológicas que envolvem espaço, gênero e sexualidades na Geografia, possibilitando a inserção de teorias que contribuam para a chegada de sujeitos identitários nessa disciplina que ainda não haviam sido considerados, justamente por não se adequarem aos padrões da cisheteronormatividade (alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade) por meio da teoria *queer*.

É de suma importância enfatizar que a “origem” do termo *queer* é bem controversa. Enquanto alguns autores se referem a Teresa de Lauretis (feminista italiana) como a primeira a o utilizá-lo no campo científico, outros o atribui a Gloria Anzaldúa (estadunidense). A verdade é que é sempre difícil nomear algo como o “primeiro” ou o “original” já que muitas vezes fazer isso é um ato de produção de silenciamentos. Geralmente esses emblemas de pioneiras, são conferidos às pessoas que tem mais legitimidade em um campo de estudos e não necessariamente “a primeira”. Até porque a história é um processo.

Nessa perspectiva, muito se questiona sobre a validade deste termo estrangeiro no Brasil, país em que os estudos *queer* começaram a emergir com notoriedade nas universidades, no início dos anos 2000, com as obras traduzidas de Michel Foucault e as pesquisas sobre gênero e performatividade de Judith Butler (Bandeira, 2019). Publicações e estudos estes que foram em sua grande maioria difundidos na “Revista de Estudos Feministas” e “Cadernos Pagu”, fundadas nos anos de 1992 e 1993, respectivamente (Souza; Benetti, 2015).

De forma interessante, Larissa Pelúcio (2014) chama atenção para o fato de que “*queer*”, enquanto termo desqualificador e político, perde seu sentido inaugural no caso brasileiro, pois em português nada significa ao senso comum, ou seja, sua significação tem uma história e um sentido completamente diferente do termo utilizado nos países de língua inglesa. Em diálogo com essa constatação, Oliveira (2017) destaca que não existe em português o termo *Queer*, tampouco *cuir*, nem sequer *kuir*, e, assim destaca a necessidade de fazer adaptações, o tirando da sua gramática política inicial para usá-lo em outros sistemas linguísticos.

Na perspectiva de tradução cultural do *queer* para o caso brasileiro, coadunamos com as proposições de Berenice Bento (2014, 2017) em substituir a palavra *queer* por *Estudos ou Ativismos Transviados*, propondo um modelo de análise interseccional para as questões de gênero e sexualidade, englobando subjetividades diferentes do contexto norte-americano. Em termos teóricos e metodológicos, os estudos *queer* germinaram “[...] do encontro entre uma corrente dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, o qual problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação” (Miskolci, 2007, p.2).

Tomando por base a necessidade de pesquisadores suscitarem discussões teóricas *queer* a partir da América do Sul, há de se conceber que diversos autores somam esforços e



propostas para que as narrativas *queer* no Brasil de fato possam dialogar com as epistemologias do Hemisfério Sul, descolonizando o pensamento euro-americano, tais como: Pelúcio (2014), Preciado (2014, 2017), Rea e Amancio (2018) entre outros.

Nessa enseada, ao lembrarmos de pensadores da abordagem *queer* brasileiros extensivamente utilizados nesse texto, como Guacira Lopes Louro, Berenice Bento, Richard Miskolci, Larissa Pelúcio, Leandro Colling. É pertinente destacar que no rol das produções nacionais *queer* geográficas, ganham destaque os trabalhos de geógrafos e geógrafas como, Silva (2007; 2009), Souza (2015), Ratts (2016) e outros.

Outrora, deve ficar claro que uma epistemologia do abjeto, das sexualidades marginalizadas, é essencial para que os estudos transviados não estacionem e continuem em pleno desenvolvimento. Nesse sentido, Pagnan (2020) reitera a preocupação de Spargo (2017) para a necessidade dos estudos *queer* estarem atrelados a outros campos do saber, atuando no contexto da mudança social e tendo como objeto chave não somente a sexualidade, mas também raça, classe, religião, nacionalidade, geração etc.

A preocupação deve estar em ajustar nossa lente de análise e avançar ao olharmos para dentro dos territórios de luta e resistência, juntando esforços para entender como se estabelecem as relações de gênero e sexualidades na produção das espacialidades daqueles sujeitos mais “fracos” no espaço, pois eles são os que mais sentiram no passado e sentem no presente as heranças e efeitos cruéis do colonialismo, como os negros e indígenas, no Brasil. Para tal desafio, fica evidente que é de extrema importância não esquecermos nossas raízes coloniais, reivindicando nesses estudos *queer* a “especificidade da experiência da colonialidade e de outros marcadores sociais para além do gênero” (Rea e Amancio, 2018, p. 6).

Por isso, neste estudo é indiscutível a presença de um olhar geográfico que garanta o elemento espacial a essas discussões, de modo que possamos entender e reconhecer os sujeitos dissidentes das sexualidades hegemônicas como atores sociais, os quais produzem espacialidades que devem ser devidamente debatidas de forma que contribua para o fortalecimento teórico e discursivo da Geografia de gênero e sexualidades no Brasil.

O USO DO MAPA EM ANAMORFOSE ENQUANTO TÉCNICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS “INVISIBILIZADAS”

Os mapas, apesar de apresentarem características básicas, possuem uma diversidade de complexidades que os fazem variar drasticamente em forma e apresentação, seguindo suas pretensões de uso. O que se deve ter claro é que os mapas acabam sendo classificados com relação à técnica de elaboração e a complexidade de interpretação. Dentre a diversidade de técnicas de construção de mapas utilizadas na atualidade, recorreremos às anamorfoses e suas particularidades. A anamorfose teve seus primeiros estudos difundidos na década de 1960 pelo geógrafo norte-americano Waldo Rudolph Tobler, considerado pioneiro nos estudos das transformações cartográficas espaciais (cartogramas), e na proposição de algoritmos matemáticos utilizando o computador (Dutenkefer, 2010).

No entanto, deve-se enfatizar que “foi Colette Cauvin quem, na literatura francesa, mais sistematizou o assunto das anamorfoses” (Fonseca, 2007, p.106). Inclusive, há no livro de Cauvin *et al.*, (2007) um agradecimento especial a Tobler devido suas contribuições para a cartografia em seus estudos de transformações cartográficas. De acordo com Dutkenfer (2010, p. 55) Tobler em sua tese *Map Transformations of Geographic Space* (1961) “[...] já



refletia que as representações espaciais do comportamento humano não poderiam ficar restritas a métricas euclidianas típicas dos mapas topográficos”.

Em vista disso, para Cauvin (1995, p. 270) a transformação cartográfica é “uma operação que permite modificar o conjunto dos contornos do mapa, dando-lhe outra forma”. Ou seja, essas transformações alteram significativamente a forma das representações em função das localizações, ou espacialidades apresentadas. Tendo como exemplo mais significativo os mapas em anamorfose (Zucherato e Freitas, 2014).

Jaques Lévy (2003, *apud* Dutenkefer, 2010) apresenta a definição de anamorfose como um procedimento efetuado sobre uma base cartográfica – fundo de carta – permitindo estabelecer uma métrica diferente da euclidiana.

Os mapas em anamorfose consistem em um tipo específico de mapa, onde as áreas e valores de distâncias das localidades representadas variam em função do tema representado, não sendo, portanto, utilizada a métrica euclidiana convencional. Existe uma variação na denominação desse tipo de representação, às vezes chamado mapa em anamorfose, noutras cartogramas (Zucherato e Freitas, 2014, p. 774).

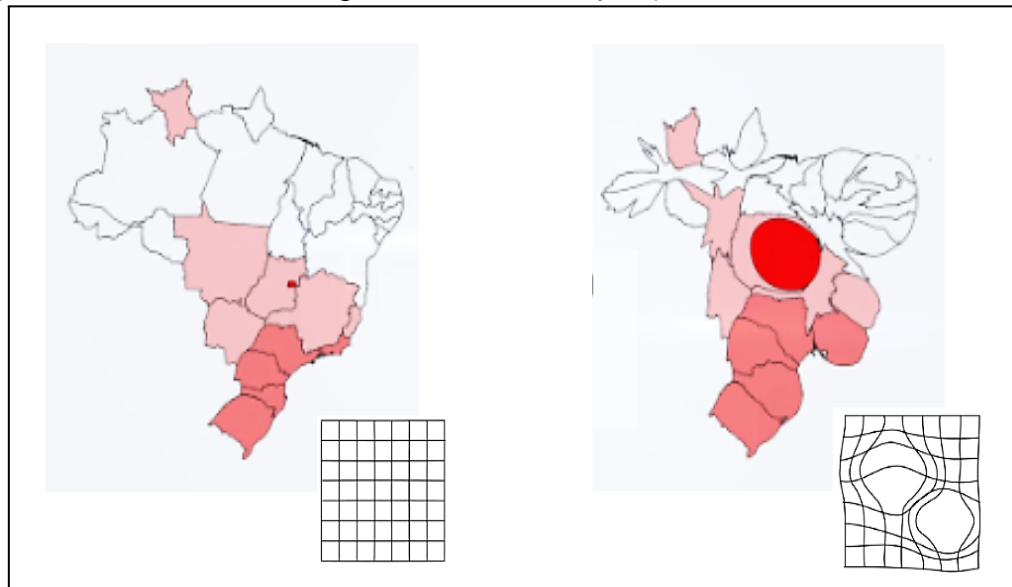
Nesse sentido, é importante salientar que devido ao forte paradigma euclidiano na cartografia, as anamorfoses frequentemente são encaradas como “deformações”, o que para Fonseca (2007) é um ponto teórico decisivo, já que ao assumirmos que se trata de uma deformação, estaríamos mantendo o fundo euclidiano com referência única. Assim, devemos tratar essa métrica como uma construção, da mesma forma que a euclidiana. Logo, para Dutenkefer esses mapas

[...] chocam o nosso olhar adestrado, familiarizado em representações “naturalizadas” com o fundo de mapa convencional, euclidiano, onde as métricas são expressas em metros, quilômetros, hectares; onde a extensão do espaço geográfico representado limita a comunicação visual que todo mapa deveria proporcionar (Dutenkefer, 2010, p.1).

Enquanto linguagem, as anamorfoses (Figura 1) supervalorizam o tema, de modo a confundi-lo com o fundo de mapa, e, assim, a partir de sua variável visual de intensidade, contribui melhorando o papel comunicativo dos mapas (Dutenkefer, 2017). O sentido das anamorfoses é criar imagens de densidades já que assim “[...] permite estabelecer uma ordem visual onde as áreas com maior manifestação do fenômeno representado aparecem maiores na representação em questão e vice e versa” (Zucherato e Freitas, 2014, p.775).

Logo, a função primordial das transformações espaciais em um mapa como os de anamorfose, é o de comunicar, chamar atenção para o tema, e ser um instrumento de análise do espaço geográfico, aqui entendido como dimensão da sociedade (Dutenkefer, 2010). Por isso, acredita-se que essa métrica não convencional pode propiciar elaborações cartográficas que denunciem e contestem temas sociais emergentes como a fome, violência, questões de raça, etnia, gênero e sexualidades. Tal aspecto potencial, é reiterado por Cauvin (1995, p. 305) para quem (mapas que fazem uso da anamorfose) devem ser “[...] divulgados, uma vez que permitem dar resposta a problemas espaciais que têm permanecido sem solução”.

O que implica em contemplarmos as experiências espaciais de outros atores sociais, as “minorias”, as quais por muito tempo ficaram à margem das representações cartográficas hegemônicas, abarcando temas sociais emergentes que contribuem na reflexão do espaço geográfico atual e na elaboração de outras cartografias, e, com elas, novos sentidos.

**Figura 1.** Funcionamento da grade de transformação (fundo euclidiano e anamorfose).

Fonte: Almeida (2019) adaptado pelos autores.

Cartografia *queer* e Anamorfoses: diálogo possível?

A cartografia *queer* proposta neste estudo repousa no diálogo entre a desconstrução do mapa, de John Brian Harley (2005) e nos deslocamentos fundamentado nas ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de modo que encaramos a cartografia enquanto um método de pesquisa em que o fazer cartográfico implica movimento, sendo um rizoma desmontável, em transformações constantes.

Além disso, estabelecemos conexões com a proposta de cartografia *queer*, de Paul B. Preciado (2017), no âmbito das cartografias dissidentes, que baseando-se em Michel Foucault, coloca as noções cartográficas de panóptico e de heterotopias do filósofo em outra esfera ao agregar as contribuições dos estudos feministas e *queer*. Mediante o exposto, primeiramente tomando por base o pensamento discutido anteriormente da necessidade de suscitarmos discussões teóricas *queer* a partir da América do Sul, inclusive na Geografia, nos questionamos qual seria afinal o objetivo da cartografia *queer* do sul global?

Desse modo, advogamos que a cartografia *queer* anglo-saxã (mundo desenvolvido) tende a ser diferente a do sul global (mundo subdesenvolvido). Entendemos que essa diferenciação pode ser analisada a partir de diversos prismas, mas enfatizamos que ela acaba sendo afetada pelo eixo de dominação norte-sul e pela colonialidade do saber, bem como de acordo com as discrepâncias em desenvolvimento econômico, democracia e religião dessas nações (Adamczyk, 2019), o que implica em uma disparidade no nível de discussão em cidadania e direitos humanos para a população LGBTQIAP+ entre esses dois mundos. Assim, a experiência dessa população no sul global é diversa dos países centrais por razões ainda pouco formuladas e conhecidas. Desse modo, no Sul-Global, problemas que incluem o empobrecimento generalizado e a constante luta por sobrevivência dos cidadãos, prejudicam o desenvolvimento de relações democráticas no cotidiano da população.



Logo, produzir um mapa que populariza as identidades, ou melhor, os espaços que essas identidades ocupam, tem na visibilização não apenas seu ponto positivo, mas também negativo. A partir do momento em que popularizamos o mapa, todos têm acesso a ele e à localização dos sujeitos dissidentes da cisheteronormatividade, podendo este se tornar um dispositivo de controle, vigilância e opressão. Assim, a cartografia *queer* do sul global deve ter como objetivo ir além das questões de identidade e representação do corpo em si, tendo como preocupação a elaboração de mapas a partir dos processos que constroem a subjetividade dos sujeitos (Preciado, 2017).

A cartografia *queer* do sul global, em especial a que pode ser elaborada no Brasil, deve se apropriar do espírito insurgente da teoria *queer* e levar em conta não somente nossas heranças históricas coloniais e patriarcais, mas também os altos marcadores nacionais de violência contra a população LGBTQIAP+, para gerar mapeamentos que sirvam como crítica à opressão sofrida por esses sujeitos. Isto é, uma cartografia *queer* que vá contra a produção de novos silenciamentos em termos de gênero, sexualidade e raça, pautada no ativismo e na espacialização política do corpo e a dimensão socioespacial.

Ademais, como exemplo de estudo propulsor da cartografia *queer* no Brasil, podemos citar as proposições feitas por Vi Santos Almeida (2019). Nos baseando em suas contribuições, propomos uma desconstrução, ou melhor, uma outra construção do mapa a partir das anamorfoses para representar as violências sofridas pelos corpos trans no Brasil, entendendo que a violência permeia de forma latente as relações sociais que constroem não somente a subjetividade, mas também a intersubjetividade desses sujeitos, gerando reflexos em seus modos de pensar, sentir, expressar e se relacionar com o espaço.

A partir desse pressuposto, pode-se constatar que o fenômeno *queer* e a linguagem cartográfica da anamorfose dialogam no sentido que ambos esses campos fogem das “normas” cartográficas e de gênero/sexualidade, “[...] produzindo rupturas epistemológicas na ciência geográfica nos estudos de gênero e sexualidade e estudos cartográficos” (Almeida, 2021, p. 13).

Mediante essa cartografia desconstrutiva, não convencional, acredita-se ser possível a produção de representações anamórficas sobre os assassinatos contra pessoas trans brasileiras, na tentativa de supervalorizarmos o tema e facilitarmos sua interpretação, destacando as opressões sofridas por esses corpos como uma forma de denúncia e contestação, tensionando o *status quo* da cartografia cartesiana ao construir um novo olhar para as representações tanto em relação à técnica, quanto ao fenômeno tratado em uma sociedade ainda cissexista e transfóbica, como o Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assassinato de pessoas trans no Brasil (2017-2022)

As pessoas cujos corpos são dissonantes do tipo desejável de subjetividade, “[...] que se configura como branca, masculina e heterossexual a qual o Estado pretende governar” (Cabral, 2015, p. 32), por terem a nítida marca de transgressão à heteronormatividade, sofrem uma série de constrangimentos e punições, se tornando alvos de agressão e violência. A violência contra o grupo surge como consequência de sua posição de vulnerabilidade que parte dos processos de exclusão e interdição que se dá a serviço do Estado heteronormativo.



Para Caputo (2018, p. 29) as “pessoas trans, em todo o mundo contemporâneo, são destinatárias de um tipo de violência não circunstancial, permanente e onipresente, denominada violência estrutural”. Essa, por sua vez, não vem a ser a única violação que esses sujeitos sofrem, mas a mais latente de todas. Chauí (2017), em relação a violência, sublinha que essa resvala contra a ética por tratar seres racionais e sensíveis como se fossem desprovidos de razão, vontade e liberdade, assim, os negando a autonomia e os tratando como coisas, desumanizando-os.

Para Crettiez (2011, p. 13), a violência estrutural “corresponde à sistemática ação de uma estrutura social ou de uma instituição que impede as pessoas de realizarem suas necessidades básicas”, o que implica no não reconhecimento pleno das existências trans e, consequentemente, o direito à cidadania. Por meio das violências as “[...] pessoas trans tornam-se nulidades civis e políticas. E isso não poderia ocorrer sem a ação ou omissão (frequentemente ambas) do Estado” (Caputo, 2018, p. 29).

De acordo com a geógrafa Sayonara Nogueira (2018, p. 221), mesmo com a Constituição Federal de 1988 trazendo o conceito de cidadania ampliada “[...] essa população ainda é exonerada de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física”. A partir dessa estrutura sistêmica de exclusão e exotificação que se dá às violências contra pessoas trans, Berenice Bento (2014) propõe nomear os assassinatos cometidos contra essa população como transfeminicídio para reforçar que a motivação da violência advém do gênero.

Partindo dessa questão, ao nos atentarmos em estudos demográficos sobre essa população, Spizzirri *et al.*, (2021) destacam no artigo "Proporção de pessoas identificadas como transgêneros e não binárias no Brasil", que do total da população adulta brasileira ao menos 0,69% seria composta por homens e mulheres trans e 1,19% por travestis e pessoas não-binárias, totalizando o total de 3.000.000 de pessoas trans e de gênero diverso no país.

São, portanto, corpos e vivências que passam cotidianamente por um alto grau de invisibilidade social. Para Nogueira (2018) o apagamento da população trans se dá também no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nos estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) os quais são de suma importância “[...] para poder fomentar políticas de Direitos Humanos, no combate à violência e na criação de Políticas Públicas de Estado para atender as nossas demandas” (Nogueira, 2018, p. 222). Logo, em resposta à ausência de dados do perfil socioeconômico da população de travestis e mulheres transexuais no Brasil, por parte dos órgãos competentes, a Rede Trans criou a iniciativa Censo Trans, que teve os primeiros processos de construção em junho de 2017, na cidade de São Paulo.

Sobre as violências no Brasil, deve-se enfatizar que de acordo com o relatório da TGEU - *Transgender Europe*, entre os anos de 2011 e 2017, o Brasil liderou o *ranking* de países que mais mataram transexuais no mundo e, segundo as pesquisas do Observatório Trans do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) o país lidera o *ranking* de assassinatos contra pessoas trans na América Latina e Caribe. No ano de 2022, 222 pessoas trans, travestis e de gênero diverso foram mortas na região, do total dos casos monitorados, 100 foram registrados no Brasil (Araújo; Nogueira; Cabral, 2022).

No mapa em anamorfose (Figura 2), as Unidades de Federação (UFs) com maiores números de registros de assassinatos foram expandidas (aumentaram de tamanho e forma), enquanto aquelas com menores valores, foram contraídas (diminuíram de tamanho e forma ou se mantiveram sem modificações). Além disso, a partir da utilização do efeito coroplético



pode-se visualizar que as áreas com maiores registros de casos estão representadas em cores mais escuras e as áreas com menos são representadas em cores mais claras.

Pode-se observar que a espacialização de assassinatos de pessoas trans no Brasil segue parcialmente o mesmo padrão das regiões mais e menos violentas já destacadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Atlas da Violência, de modo que Norte e Nordeste vêm se revezando, desde a última década, na ingrata posição de regiões com maiores quantidades de assassinatos do Brasil, seguidas pela região Centro-Oeste, Sudeste e Sul, tendência essa apresentada também nos dados da (Tabela 1).

Notadamente, percebe-se que a região Nordeste do Brasil foi àquela que apresentou maior deformação entre as regiões brasileiras conforme representação na grade de transformação (Figura 3), se apresentando de forma bastante expandida. Entre os nove estados que constituem essa região, cinco deles (Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) possuem mais de 6 assassinatos por 1 milhão de pessoas. Esses cinco estados juntos entre 2017 e 2022 contabilizaram em números absolutos 170 assassinatos de pessoas trans, valores que entre os registros analisados são considerados bastante altos. As áreas dos estados da região Norte sofreram menores transformações em sua área a partir da anamorfose, o que não exclui de chamarmos a atenção para o fato do estado do Amazonas ter significativa expressividade de assassinatos contra pessoas trans, contabilizando 7,1 casos por milhão de pessoas.

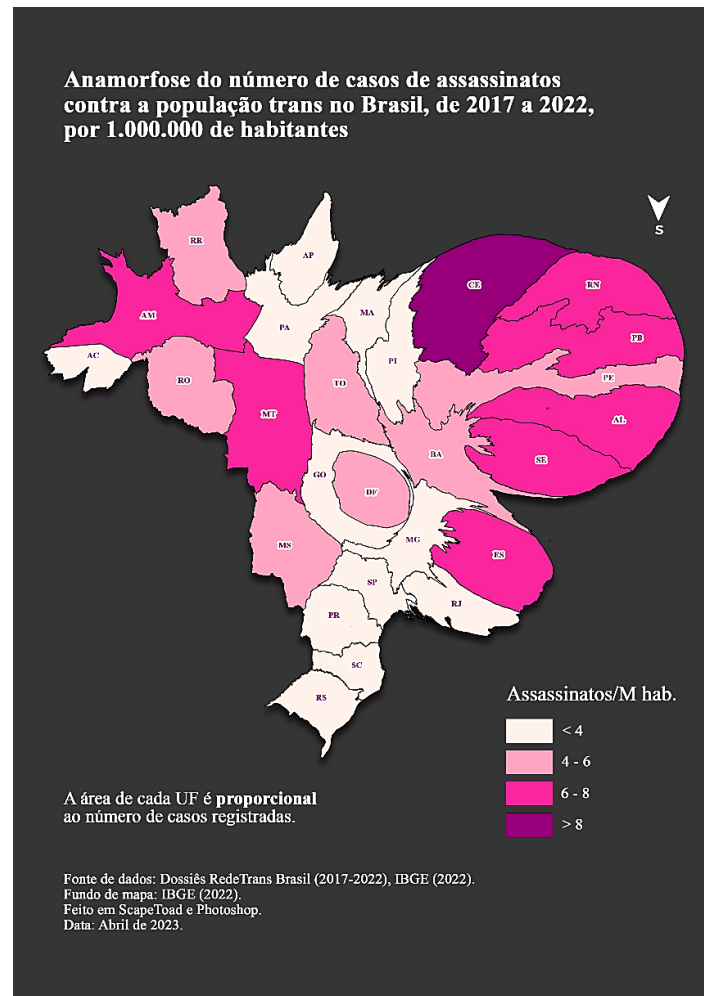
As causas que podem explicar o porquê das regiões Nordeste e Norte liderarem os valores de assassinatos desse público são pouco exploradas entre as bibliografias consultadas e disponível, mas entendemos que podem estar associadas aos conflitos territoriais/conflitualidades, entre outros problemas ligados a questão da violência que se estabelecem historicamente nessas regiões.

A região Centro-Oeste, tem destaque com o estado de Mato Grosso enquanto unidade federativa que mais possui assassinatos trans, (7,7 casos por milhão de pessoas), seguido por Mato Grosso do Sul (5,3), Distrito Federal (4,1) e Goiás (3,3). A região entre 2017 e 2022, contabilizou um total de 29 assassinatos de pessoas trans. Na região Sudeste, o estado do Espírito Santo apresenta notoriedade tanto na alteração do seu tamanho na anamorfose quanto na coloração de sua representação coroplética por contabilizar 6,5 assassinatos por milhão de pessoas, seguido por Rio de Janeiro (3,4), Minas Gerais (3,1) e São Paulo (2,3).

Além disso, pode-se constatar que toda a região Sul do país, composta por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devido ao baixo quantitativo de casos contabilizados, (2,6 por milhão de pessoas), mantiveram suas formas preservadas e pouco alteradas, o que não ocorreu na anti-anamorfose (Figura 4) que foi elaborada para destacar os vazios espaciais presentes, ou seja, as áreas e regiões que apresentaram os menores valores de casos proporcionais de assassinatos de pessoas trans, não somente nos três estados da região Sul, mas também em alguns estados específicos de outras regiões, como no estado do Acre, localizado na região Norte do país. A representação também é trazida pela grade de representação (Figura 5).



Figura 2. Anamorfose do número de assassinatos de população trans no Brasil, por 1 milhão de habitantes.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Tabela 1. Casos de assassinatos de pessoas trans por regiões do Brasil.

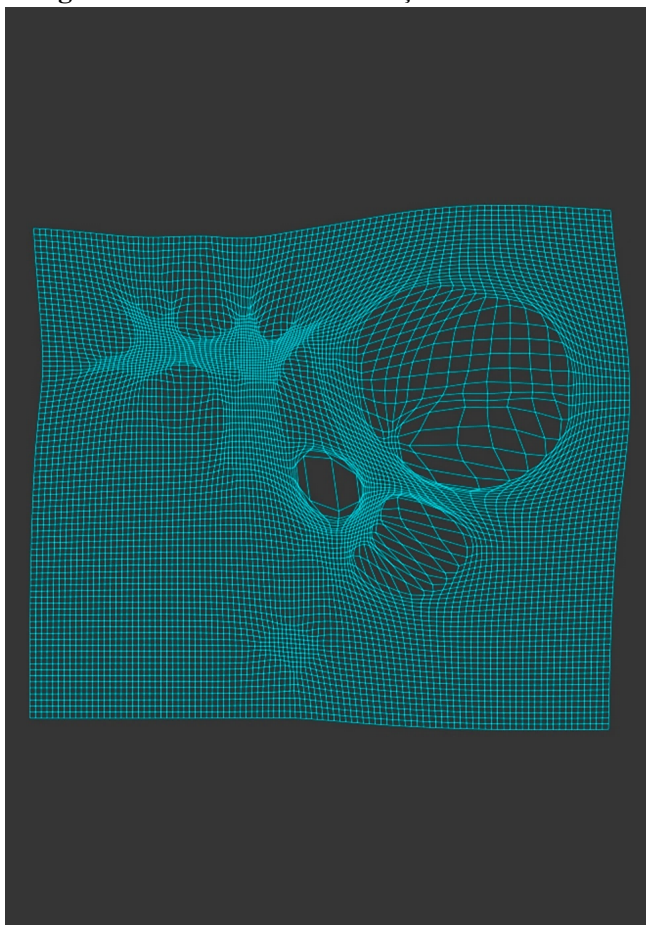
Região	População 2022 ¹	Assassinatos (2017-2022)	Casos por 1 milhão de habitantes
Nordeste	55.389.382	320	5,8
Norte	17.834.762	87	4,9
Centro-Oeste	16.492.326	79	4,8
Sudeste	87.348.223	253	2,9
Sul	30.685.598	79	2,6

Fonte: IBGE (2022), Rede Trans Brasil (2017-2022)

¹



Figura 3. Grade de transformação da anamorfose.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A motivação em utilizar o método da anti-anamorfose ou (anticartograma) apresenta como base a iniciativa dos estudos de Almeida (2019) que por sua vez sustentou-se pelas iniciativas de Patrick Poncet (2014) e Dutenkefer (2017). Os quais a partir da premissa de destacar as áreas onde o quantitativo de casos de assassinatos contra pessoas trans foi menos expressivo, inverteram o modo de cálculo da anamorfose e alteraram a forma e tamanho não das áreas de manifestação mais intensas do fenômeno, mas as áreas de menores manifestações do tema que estava sendo representado.

É importante ressaltar que, por mais que os pesquisadores supracitados tenham aplicado essa metodologia nos estudos de urbanidade, e em áreas de unidades de análise com tamanhos mais homogêneos, tais fatores não nos impede de utilizarmos essa mesma técnica no contexto dessa pesquisa. Para Almeida (2021, p. 8):

Anticartograma é uma representação baseada na expressão matematicamente inversa dos dados, utilizando o processo da anamorfose (transformação da área, posição e limites a partir de um dado quantitativo): se em um cartograma em anamorfose temos que a população é expressa pela função $X/1$, onde X é o valor numérico do fenômeno em uma área, no anticartograma esse dado é expresso na função inversa, $1/X$. **O resultado é a expansão das áreas com menor ocorrência do fenômeno, e contração onde houve maior ocorrência (grifo nosso).**



Essa metodologia que destaca na representação de sua variável visual, as áreas de inversa intensidade, nos possibilita visualizar os espaços que poderiam passar despercebido durante a análise da anamorfose, se configurando como “espaço invisíveis” ou pouco perceptíveis na representação dos cartogramas. “O objetivo é evidenciar a não-espacialidade do fenômeno, onde ele não ocorre ou não é significativo” (Almeida, 2019, p. 129), logo, a análise da anti-anamorfose elaborada sugere que é necessário destacar os valores do estado do Acre e dos estados da região Sul do país para que seja investigado com maior profundidade as “ausências espaciais” do fenômeno estudado e suas possíveis conexões.

Desse modo, justificamos que a ideia de utilizar a anamorfose e a anti-anamorfose tem o intuito de enfatizar as visibilidades e invisibilidades espaciais dos assassinatos de pessoas trans até então não percebidas por mapas que utilizam como base de representação o espaço euclidiano e as técnicas de cartografia convencionais, para assim suscitar questões sobre a manifestação desses fenômenos.

Em relação ao Acre, que teve sua forma bastante distorcida, na anti-anamorfose, cientes de que a região Norte é uma das mais violentas do país e a segunda região que mais tem pessoas trans assassinadas, como poderíamos entender a baixa expressividade de casos nesse estado? Sua dinâmica transfronteiriça pode vir a explicar essa questão? Também questionamos o que faz os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além de São Paulo terem (em números relativos) baixa expressividade de casos? Teriam eles mais parlamentares, políticas públicas e ações sociais pró pessoas LGBT? A força dos ativismos e movimentos sociais implica nesse processo nessas regiões?

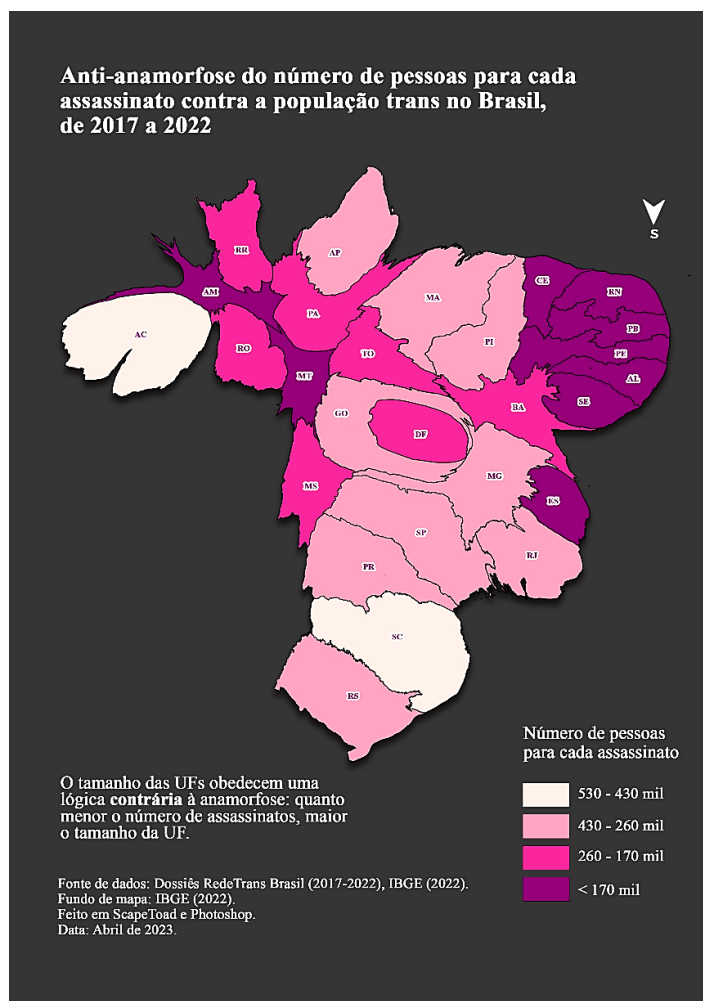
As respostas a esses questionamentos possivelmente passam por pontos plurais e distintos particulares de cada contexto em que se aplica, no entanto, deve-se ressaltar que partimos de um cenário nacional em que há uma visível prática de subnotificação da violência contra a população trans, de norte a sul e de leste a oeste do país que se instaura de forma generalizada. Entre máximas e mínimas, quando se fala em assassinatos desses indivíduos no Brasil, estamos contemplando uma parcela das vítimas, apenas aquelas que as mortes brutais foram devidamente registradas e reportadas para que viéssemos a ter conhecimento.

Nesse cenário em que se acumulam casos e faltam informações e especialmente ações do Estado, a coleta dos dados sobre a violência contra pessoas trans acaba sendo feita por iniciativas diversas e pontuais como a Rede Trans Brasil e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), sendo a mídia a principal fonte de dados dos dossiês publicados anualmente (Benevides, 2023).

Por isso, reafirmamos a necessidade da adoção de políticas públicas voltadas para a proteção dessa população, em níveis municipal, estadual e federal. Cabe salientar que independentemente da região ou unidade da federação, antes da vida dessas pessoas serem ceifadas, a ausência de cuidado/amparo familiar e estatal corroborou para que suas trajetórias de vida tenham sido marcadas por experiências de pobreza, desigualdade social e subalternização, tendo a morte, muitas vezes precoce, como fim.



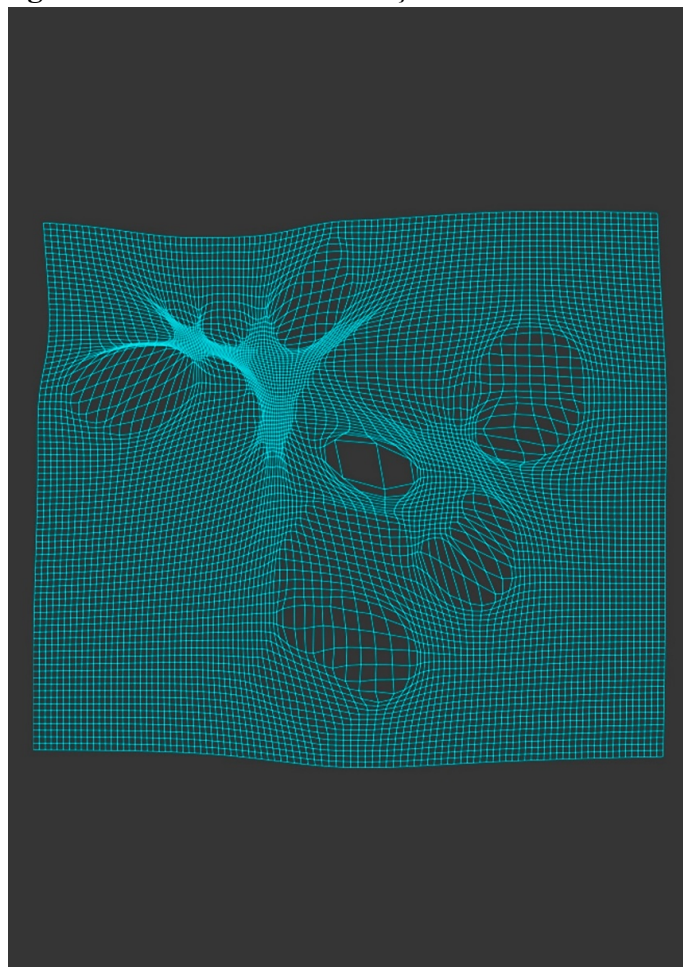
Figura 4. Mapa em anti-anamorfose do número de pessoas para cada assassinato contra a população trans no Brasil, de 2017 a 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



Figura 5. Grade de transformação da anti-anamorfose.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Análises reflexivas dos participantes trans a partir da leitura dos mapas em anamorfose

Cientes de que esses processos cartográficos devem ser feitos com e a partir da escuta desses grupos que não são contemplados na cartografia hegemônica, objetivou verificar se os mapas elaborados a partir dos dados da Rede Trans Brasil apresentavam algum sentido na interpretação de algumas pessoas trans, tanto na sua elaboração gráfica quanto na mensagem, ou seja, no conteúdo que os mapas veiculam.

Assim, depois de uma conversa breve com esse grupo de indivíduos, que fazem parte de nossa rede de contatos, apresentamos os mapas em anamorfose e anti-anamorfose e perguntamos: “Este mapa te traz alguma reflexão? Qual(is)?”; “Você mudaria algo nesse mapa?”. A análise dos mapas aconteceu a partir de videochamadas individuais na plataforma *Google Meet* com a gravação de áudio envolvendo quatro pessoas trans, sendo três homens trans e uma mulher trans de diferentes regiões do Brasil. As respostas obtidas foram dessa forma analisadas e registradas utilizando identificação fictícia, ao trazer a análise perceptiva dos próprios sujeitos que estão representados de forma temática nos mapas em anamorfose e em anti-anamorfose.



Fred: O que eu achei mais interessante... assim... é de que por mais que o mapa mostra que são poucos lugares que essa violência é menor, mas mesmo assim a gente tem casos, né, em todos os locais, então a gente tem casos no Brasil inteiro.

Fred: [...] Eu consigo perceber que os estados do Norte, Nordeste, são estados que mais tem casos. Ceará é o que mais mata pessoas trans, né? [...] Também consigo perceber que estados mais embranquecidos é... mais desenvolvidos, ricos entre várias aspas, são estados que têm menos casos, né, também. Então isso é onde essa população está muito apagada né...

Ben: É pelo o que eu já vi né, no Norte do país é o que mais acontece casos [inicialmente o entrevistado confundiu Norte com Nordeste] [...] é... e também tem uma instituição que eu já ouvi comentários, que eles é... sempre a cada ano eles fazem, eles lançam dados de todo o país, né? De onde mais acontece esses casos de violência contra pessoas trans e sempre lá é o mais forte.

Tom: Bom, é... eu vejo ali principalmente no Nordeste aquele negócio do cabra macho, né? O homem que nasceu né no gênero masculino ele tem que ser cabra macho, né? qualquer sinônimo de feminilidade ali que a pessoa vem a apresentar já há uma grande rejeição. Eu acredito que possa ser isso. Essa cultura local do cabra macho ali né, que vem a trazer mais insegurança perante as pessoas trans.

Liz: [...] Isso é só resultado de falta de políticas públicas, de falta de visibilidade principalmente nessas regiões onde se agrava porque, por questões culturais, eu acredito que nessas regiões as pessoas acabam pelo tipo de cultura, as pessoas têm mais liberdade assim de ter porte de arma. Questão também cultural das pessoas lá no Nordeste, as pessoas, os homens no caso, acabam sendo mais homofóbicos, mais transfóbicos porque é cultural. Infelizmente pelo o que eu escuto das minhas amigas que são mulheres trans, a gente vê aí a Dandara, por exemplo, e inúmeras, então eu acho que é isso. Falta, no geral é... falta de política pública, falta de olhar pra essa sociedade, pra essa comunidade, principalmente nesses estados que estão mais longe ainda de serem vistos, por uma população que não tem muita informação em relação a isso... e é isso! Consequência do Estado mesmo.

Liz: [...] eu não quero parecer xenofóbica, sabe? porque não é isso, mas de fato no Nordeste as pessoas têm, não no geral né, mas os homens assim tem essa cultura mais do cabra macho né. Então eu não quero ser xenofóbica jamais, mas eu não vejo a população do Nordeste assim. Mas em relação às violências contra LGBT, tem essa cultura comum. No Brasil inteiro né, mas lá eu acho que isso acaba sendo mais latente. Tanto que muitas mulheres trans e travestis saem do Nordeste para vir para as grandes capitais aqui do Sudeste, por conta dessa violência.

Ben: Aqui também no Centro-Oeste eu vi uma distorção, e que né? acho que é de se esperar esses casos de violência por aqui, por...pela população ser bem diferente dessa alternatividade...

Autores: Por que você acha que já era de se esperar?

Ben: É... ali o nosso estado (MT), é... Goiás, Distrito Federal... o Centro-Oeste ali, pra mim não foi muita novidade porque acho que em questão da população e acho que de viver aqui, né, e de ver como as pessoas reagem isso, de ver que não tem muita... não tem muito esse mundo, né? Então acho que é uma percepção própria mesmo, do interior, né. [...] porque quando você vai tipo para as capitais desses estados, não é tanto... já tem mais, já tem mais essas vivências, não falo tipo dessas



vivências de preconceito, de violência. Existem? existem, mas falo tipo vivências de ter mais pessoas LGBTQs e enfim [...].

Tom: Ali no Mato Grosso também né, nosso caso, é... são as pessoas mais bruta, rústica e sistemático, que eu vejo, essas pessoas mais xucas por assim dizer, pessoas mais é... ignorantes, mais conservadoras e aí também por conta disso que eu acredito.

Ben: [...] no Sul eu não vi tanta distorção, [...] eu achei impressionante ali o Sul não ter tanta distorção [...].

Autores: Por quê?

Ben: Ah não sei, eu esperava que tivesse alguma distorção. [...] Acho que por lá é... tá localizado uma população é... colonial e talvez preconceituosa em alguns... e conservadora, acho que esperava mais por isso.

Tom: [...] a região Sul é muito preconceituosa né, porque eles já se acham muito melhores do que os outros, e têm uma carga de preconceito muito grande.

Fred: [...] eu conheço muitas meninas que eram do Sul e moram no Norte, sabe? Acho que vem muito dessa questão de... dos espaços que os nossos corpos ocupam, né? E quanto mais a gente ocupa os espaços, mais violento esses espaços são com nós e com nossos corpos também.

Fred: O Sul, por exemplo, são lugares completamente embranquecidos né, onde as pessoas são muito conservadoras e tudo mais, aí a evasão das pessoas trans, das mulheres travestis desses espaços também é muito grande. Elas evadem muito ali para São Paulo, para o Rio de Janeiro.

Liz: Eu acho que alguns estados possuem suas particularidades, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, é... a gente vive num mundo altamente globalizado né, então eu acho, eu acredito que no Brasil as redes se potencializam mais nessas grandes cidades. Assim, então onde acaba as pessoas sendo mais politizadas, tendo mais consciência e também por ser um país, né? Um mundo globalizado e cidades com mais visibilidade, a gente acaba tendo o mínimo de acesso né, não vou dizer privilégio por que não existe privilégio em ser LGBTQ no Brasil... a gente tem acessos...

Liz: [...] Moro no Rio de Janeiro, sou uma mulher trans, mas eu não sou alvo, eu sofro transfobia, mas eu não sou alvo porque existem recortes sociais na população, em uma população maior né, como o Rio, por exemplo, acabam tendo essas camadas. Por exemplo, sou uma mulher trans, mas tem a travesti, sou uma mulher branca, mas tem a preta, sou classe média, mas tem a pobre, então eles (agressores) ainda conseguem direcionar é... o alvo deles.

Fred: [...] também pelas pessoas desses locais (espaços de prostituição) serem mais pessoas pretas né, pessoas de pele negra, a maioria das pessoas que vivem nesses locais... Isso vai de acordo com a própria pirâmide, né? que a pessoa trans que mais sofre é a mulher travesti, né, trans, que mais sofre dentro da nossa sociedade é a preta, né? É a periférica...

Liz: Eu acredito que... isso é resultado de falta de conscientização, educação sobre questões de gênero na sociedade em geral, falta de políticas públicas, falta do Estado, né olhar pra essa população porque além dessas violências a gente enfrenta



muitas outras barreiras né, saúde, emprego, educação, então... [...] é basicamente isso, é resultado de um Estado negligente, que negligencia os nossos corpos.

Autores: Mudaria algo nesses mapas?

Ben: Eu acho que não, mas eu fiquei bem curioso da...de porquê no Sul né, ser bem menos casos, mas acho que não mudaria nada. [...] Acho que ficou bem compreensível.

Tom: Nenhum. Nada. Eu adorei a anamorfose. Achei muito bem explicativo. Assim... você foi muito bem didático, e mesmo sem a sua explicação oral eu conseguiria entender o mapa, do que se trata.

Fred: Eu acho que tá bem nítido. Eu como sendo leigo em cartografia e tudo mais, eu consigo entender perfeitamente os dois mapas. Achei totalmente diferente, e é inovador né, uma forma diferente da gente ver né e estudar sobre esses assuntos. E acho que deve ter cada vez mais publicações mesmo, tem que ter coisas mais sistematizadas né, porque só assim que a gente consegue - eu falando enquanto pessoa trans mesmo - só assim que conseguimos acessar locais que a gente não consegue, só assim a gente consegue política pública, consegue garantir nossos direitos [...]”.

As percepções colhidas mostraram como a própria comunidade representada percebe e lê a informação incluída nas anamorfoses e nas anti-anamorfoses demonstrando o papel do sujeito sistematicamente negligenciado pelos processos de mapeamento convencional perante uma outra forma de conferir materialidade a uma representação de seu interesse. Embora, enfatizamos que as impressões colhidas nesse trabalho por mais que sejam pontuais e pouco representativas de seu universo, elas já evidenciam de alguma forma algumas opiniões convergentes dos impactos que essas representações podem ter nos sujeitos que estão sendo representados. Afinal, esses mapas comunicam, e, ao mesmo passo que produzem visões de mundo, acabam também sendo produzidos e (re)produzidos a partir dessas visões de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o encontro entre pesquisadores, pessoas trans e a Geografia reconfigurou as ideias e posicionamentos iniciais da pesquisa, enriquecendo nossa análise acerca das transexperiências espaciais e suas cartografias. Nos fazendo refletir sobre a necessidade de reconhecermos constantemente a dimensão social do espaço geográfico, e valorizarmos as contribuições e discursos dos sujeitos não hegemônicos, dando possibilidade as novas formas de conceber e representar fenômenos que constituem e cerceiam suas vivências.

Apoiamo-nos nas métricas e geometrias de base não-euclidiana, subvertendo a ideia preconceituosa e excludente de que qualquer discussão que propõe outras métricas que não seja a euclidiana convencional, sejam encaradas como extravagantes ou fora da realidade (Fonseca, 2012). Subverter essa lógica implica em focalizar esforços nas representações dos discursos e vivências dos atores não hegemônicos, dando visibilidade e possibilidade a todas essas experiências, especialmente nas elaborações cartográficas.

Sendo assim, poder-se-á questionar e tensionar as hierarquizações, a precarização e a subalternização que tornam as vidas desses indivíduos trans menos humanas, com cidadanias mutiladas. Isso nos incumbe destacar que os mapas em anamorfose elaborados no contexto deste estudo seguem a premissa de uma cartografia “zigzagueante”, inquieta, que tem



movimento, que nos desacomoda e nos instiga a sair do lugar. A pensar em outros temas e fenômenos possíveis.

Ao analisarmos as transexperiências espaciais, não tivemos a intenção de focalizar as identidades, pois se entende que não há uma identidade fixa e única, pois elas se estabelecem em relações transversais e interseccionais com outras subdimensões, ou seja, elas são fluidas e estão em constante movimento. Nesse cenário, nosso objetivo central foi tentar entender de que forma poderíamos comunicar e chamar a atenção para a violência, não somente como um marcador que implica no processo construtivo da subjetividade trans, mas também enquanto uma potente variável de análise das espacialidades desses indivíduos a partir dos mapas.

Para além dessa questão, apesar de bastante evidente, não é demais sublinhar a indispensabilidade de pesquisas futuras que averiguem a falta de construção e conhecimento acerca das transgeneridades de forma ampla no campo de gênero e sexualidade na Geografia. Evidenciado as possibilidades para a implantação de políticas públicas que possam assegurar positivamente condições diferentes das apresentadas pelos atuais indicadores de violência trans. Pois, como apresentado por Benevides e Nogueira (2021), o indivíduo, quanto mais próximo do gênero feminino, da identidade de gênero trans, de uma leitura social dissidente do padrão, da raça/etnia preta e parda e de uma classe social menos abastada, maior é o risco de violência/exclusão/morte.

Colocar em foco os sujeitos que transgridem esse espaço cisheteronormativo, leva-nos a compreensão de que o simples ato de ser quem são, implica em punições e interdições espaciais que controlam, desqualificam e disciplinam os mais diversos modos de vida trans, por ameaçarem a coerência do sistema sexo/gênero hegemônico. Como medida punitiva, observa-se a violência figurada pelo ódio, pela crueldade e pela abjeção como um dos construtores que moldam as identidades, subjetividades e intersubjetividades trans. Nesse sentido, o ensaio exerce um papel de denúncia às violências praticadas contra a população trans no Brasil, já que tais atos discriminatórios são cotidianamente repetidos e reiterados por uma sociedade racista, cissexista, transfóbica e por um Estado negligente.

Mediante o exposto, o que se deve ter claro é que os assassinatos e as violências enquanto expressões da transfobia sofrida pelas pessoas trans no Brasil, é uma problemática que não está nas pessoas trans, está nos sujeitos que as ofendem e as matam. Como destacado por uma de nossas interlocutoras “[...] não adianta só nós pessoas trans lutarmos contra a transfobia. Pessoas cis principalmente precisam se colocar nesse lugar porque não fomos nós que a criamos, sabe? Foram vocês. Então acho que assim como pessoas brancas precisam se responsabilizar pelo racismo, pessoas cis precisam se responsabilizar também pela transfobia”.

Por isso, ao acreditarmos em uma Geografia comprometida com as causas sociais, coadunamos com as palavras do célebre geógrafo Milton Santos (1996), de que os mais fracos no espaço, como as minorias, são os sujeitos que possuem a força de portar o futuro, pois estes são mais capazes de ver e sentir. Assim, se temas tão importantes como este for trazido para o centro da discussão e debatido em seu viés político entre estudantes, professores e sociedade, ainda que as questões aqui levantadas não sejam resolvidas em sua integralidade, uma transformação já terá ocorrido. E o esforço terá valido a pena, já que o desafio é coletivo.



NOTAS

1. “Por cis-heteronormatividade entendemos o estabelecimento da cisgeneridade como expressão padrão de gênero, e da heterossexualidade como padrão de sexualidade, ambas inscritas em um discurso de normalidade” (Almeida, 2019, p. 21).

2. O termo trans é utilizado para se referir a uma pessoa que não se identifica com o gênero ao qual foi designado em seu nascimento.

3. Partindo de Joseli Maria Silva, entendemos as interdições espaciais como formas de exclusão e controle que limitam a circulação, permanência e visibilidade de determinados grupos sociais no espaço. Exemplos de lugares onde pessoas trans/travestis possam sofrer interdições espaciais: a própria casa, na escola, universidade, hospitais, igrejas e outros.

4. O termo transexperiências é utilizado por Ávila e Grossi (2010, p.1) enquanto “transexperiência masculina”. Para as autoras, corresponde a “processos de transformação do corpo de sujeitos assignados biologicamente como mulheres que se identificam com o gênero masculino. Contudo, partimos do pressuposto de que as transexperiências sejam elas masculinas ou femininas, são processos relacionais que ocorrem espacialmente e estão condicionados a diversos tipos de vivências. Desse modo, optamos pela incorporação da terminologia transexperiências espaciais.

5. O androcentrismo é a produção de conhecimento que toma a experiência masculina como referência universal, ocultando a diversidade de experiências espaciais e sociais e reproduzindo relações de poder na ciência e na sociedade (Silva, Chimin Junior, Peracetta Filho, Rossi, 2009).

6. https://linktr.ee/redetransbrasil?fbclid=PAAbmKJmZc_eI9t8Db2eTvRK0ngtAY7tUc5aEXrWJEOIg7upCUTOA6YZKXCE

7. O *ScapeToad* realiza a geração de superfícies distorcidas, proporcional a uma determinada variável estatística (Cosinschimeunier, 2012). O diferencial deste aplicativo é que permite a introdução de uma escala e um “grid” [grade] que proporciona uma imagem impactante do fenômeno cartografado (Dutenkfer, 2010).

8. O censo demográfico de 2022 ao excluir os campos “identidade de gênero” e “orientação sexual” deixa a comunidade invisível por mais 10 anos.

9. A técnica da anamorfose é muito utilizada em países com territórios mais homogêneos, como os Estados Unidos e França. No caso do Brasil, que possui UFs com formas heterogêneas, estados que são grandes e possuem muitos casos, quase não sofrem muitas distorções, como o Amazonas. Já estados pequenos, como SP, ES, e o DF, mesmo com um baixo quantitativo de casos já é possível gerar uma transformação significativa.

10. Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.

REFERÊNCIAS

ADAMCZYK, Amy. O que faz alguns países aceitarem mais os gays que outros? [Entrevista concedida a] Eleanor Lawrie. **BBC News**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48907233>. Acesso em: 25/03/2023.



ÁVILA, Simone Nunes; “Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina”. In: **Revista Fazendo Gênero-Diásporas, Diversidades, Deslocamentos** [repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC]. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1351>. Acesso em: 20/03/2023.

ALMEIDA, Vi Santos. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531>. Acesso em: 25/02/2023.

ALMEIDA, Vinicius Santos. Mapeamento da violência motivada por discriminação à identidade de gênero e sexualidade no município de São Paulo: uma metodologia cartográfica na investigação de geografias invisíveis. In: **Confin** v. 53, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/43405>. Acesso em: 05/02/2023.

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso. **Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 7a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2023.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 08/02/2023.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos>. 12/03/2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos.12/03/2023>. Acesso em: 10/03/2023.

BENTO, Berenice. Brasil: o país do transfeminicídio. **Revista Fórum**, 9 jun. 2014. 2014b. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2014/6/9/brasil-pais-do-transfeminicidio-9571.html>. Acesso em: 05/02/2023.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26037>. Acesso em: 10/03/2023.

BOURCIER, Marie-Hélène/Sam. Entrevista realizada por Pedro Paulo Gomes Pereira. **CULT**, no 205, 2015, pp.11-15. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: **Diário Oficial da União, Brasília**, out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24/03/2023.

CABRAL, Vinicius. **Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/567>. Acesso em: 03/03/2023.

CAUVIN, Colette. Transformações cartográficas espaciais e anamorfoses. In: DIAS, Maria Helena (Coord.) **Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia**. Editora: Cosmos, Lisboa, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. (Coleção Escritos de Marilena Chauí). São Paulo, SP: Autêntica. 2017.

CAPUTO, Ubirajara de None. **Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-111830/pt-br.php>. Acesso em: 05/04/2023.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner Andre Moraes. A produção intelectual da Geografia Brasileira em torno das temáticas de Gênero e Sexualidades. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 119-132, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/7214/>. 07/04/2023.

CRETTEZ, Xavier. As formas da violência. São Paulo, SP: Loyola (2011).

DUTENKEFER, E. Anamorfose como mapa: história, aplicativos e aplicações. In: 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia: Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. [anais] 2010, São Paulo. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286770848>. Acesso em 03/02/2023.



- DUTENKEFER, E. **A cidade e o mapa: representações cartográficas da urbanidade de São Paulo**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04072018-123123/>. Acesso em 10/02/2023.
- ESCOUTO, Cláudia Maliszewski. **A Geografia já saiu do armário? diálogos sobre gênero, sexualidades e escola**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/197407>. Acesso em: 09/02/2023.
- FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia**, Goiás. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9258>. Acesso em: 13/04/2023.
- FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, n. 20, p. 40-55, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/>. Acesso em: 10/02/2023.
- FONSECA, Fernanda. Padovesi. O Potencial Analógico da Cartografia. In: **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 87, p. 85-110, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/697>. Acesso em: 25/03/2023.
- FONSECA, Fernanda. Padovesi. A naturalização como obstáculo à inovação da cartografia escolar. In: **Geografares**, p. 175-210, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3192>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIRARDI, Gisele. Funções de mapas e espacialidade: elementos para modificação da cultura cartográfica na formação em geografia. In: **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 66, n. 4, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/44687>. Acesso em: 10/02/2023.
- HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. México: Fondo de cultura económica, 2005.
- IBGE. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios [primeiros resultados]**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>. Acesso em: 05/02/2023.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.
- PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. **Revista Periódicos**, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/>. Acesso em: 03/03/2023.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5. reimp. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/425/858>. Acesso em: 23/04/2023.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, p. 150-182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRjyv9GszMddwqpncrJvJdn/abstract/>. Acesso em: 08/02/2023.
- NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12049>. Acesso em: 06/04/2023.
- OLIVEIRA, João Manuel de. Trânsitos de Gênero: leituras queer/trans* da potência do rizoma gênero. In: OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. (orgs.) **Gêneros e Sexualidades: interseções e tangentes**. Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), Lisboa, 2017.
- PAGNAN, Redson. De Foucault à Butler: como a teoria queer contamina os discursos. In: **RUA**, v. 26, n. 2, p. 757-763, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8661319>. 13/03/2023.
- PEQUENO, Victor; PEREIRA, Ana Paula Camilo. POR UMA FORMAÇÃO QUEER-GEOGRÁFICA: posicionamentos discentes do curso de Geografia da UEMS/CG. **Ensaios de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 188-213, 2022.



PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. n-1 edições, São Paulo, 2014.

PRECIADO, Paul B. Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica topofóbica e a puta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com Annie Sprinkle. **Revista Performatu**: Inhumas, ano, v. 5, n. 17, p. 01-32, 2017. Disponível em: http://ciaexcessos.com.br/ciaawp/wp-content/uploads/2017/03/Cartografias-Queer-Paul-Preciado_Performatu.pdf. Acesso em: 10/03/2023.

PONCET, Patrick. Antigéographie. L'anticartogramme et ses interprétations. In: **Antigéographie WhereSciences**, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235952593>. Acesso em: 08/02/2023.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **cadernos pagu**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/nbgqSYr89np8KP96VFWGCgt/abstract/>. 20/04/2023.

REDE TRANS. **Rede Nacional de Pessoas Trans-Brasil**. Disponível em: <https://redetransbrasil.org.br/>. Acesso em: 10/02/2023.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim gaúcho de geografia**, v. 21, n. 1, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613>. Acesso em: 12/02/2023.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Espaço-corpo e a (re) elaboração das transmasculinidades e identidades de homens trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 3-33, 2021.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Experiências espaciais de homens transexuais residentes na cidade de Ponta Grossa, Paraná. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 22-50, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhgg/article/view/11023>. 05/04/2023.

SILVA, Joseli Maria. UM ENSAIO SOBRE AS POTENCIALIDADES DO USO DO CONCEITO DE GÊNERO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 12/03/2023.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1343/1132>. 10/03/2023.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN-JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das Geografias Feministas Queer: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN-JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.) **Geografias Malditas**: corpos, sexualidades e espaços. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013, p. 85-143.

SOUZA, Lorena Francisco de. et al. **Uma geografia das corporeidades e das diferenças**. 2020.

SOUZA, Fábio Feltrin de; BENETTI, Fernando José. Historiografando a abjeção: uma arqueografia dos estudos queer no Brasil (1990–2000). In: **Contemporâneos: revista de artes e humanidades [on line]**, São Paulo, n. 12, p. 01-13, 2015. Disponível em: <https://revistacontemporaneos.com.br/n12.htm>. Acesso em: 28/02/2023.

SLOCUM, Terry A.; MACMASTER, Robert B.; KESSLER, Fritz C; HOWARD, Hugh H. **Thematic Cartography and Geovisualization**: Pearson New International Edition. 2013.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Tradução de Heci Regina Candiani; posfácio Richard Miskolci. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SPIZZIRRI, Giancarlo et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific reports**, v. 11, n. 1, p. 2240, 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4>. Acesso em: 10/04/2023.

ZUCHERATO, Bruno; FREITAS, Maria Isabel Castreghini de. Considerações sobre algumas técnicas de elaboração de mapas em anamorfose: análise sobre a utilização desse tipo de representação no material didático do estado de São Paulo. In: **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, 2014.